



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

JANAÍNA DA SILVA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SERTÃO EMPREENDEDOR PARA A
GERAÇÃO DE RENDA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR**

João Pessoa
2015

JANAÍNA DA SILVA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SERTÃO EMPREENDEDOR PARA A
GERAÇÃO DE RENDA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR**

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal pela referida Instituição.

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Raissa de Azevedo Barbosa

João Pessoa
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383i Ferreira, Janaína Da Silva
A importância do programa sertão empreendedor para a geração de renda para o agricultor familiar [manuscrito] / Janaína da Silva Ferreira. - 2015.
23 p.

Digitado.

Monografia (Gestão Pública Municipal EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Raíssa de Azevedo Barbosa, PROEAD".

1. Empreendedorismo. 2. Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento Rural. I. Título.

21. ed. CDD 658.11

JANAÍNA DA SILVA FERREIRA

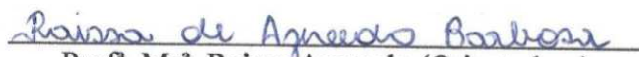
**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SERTÃO EMPREENDEDOR PARA A
GERAÇÃO DE RENDA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR**

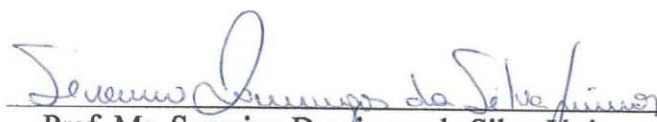
Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

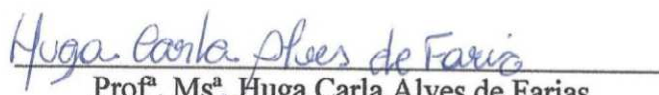
Área de concentração: Gestão Pública

Aprovada em: 25/04/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms^a. Raissa Azevedo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Severino Domingos da Silva Júnior
Universidade Federal da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms^a. Huga Carla Alves de Farias
Universidade Federal da Paraíba (UEPB)

RESUMO

A implementação do Programa Sertão Empreendedor no semiárido, destaca o grande avanço que a agricultura familiar vem conquistando no âmbito regional e suas contribuições para a fixação do sertanejo no campo. O trabalho em questão desenvolve uma análise das contribuições que o programa Sertão Empreendedor trará para o semiárido e para a sua população. Quanto à metodologia utilizada foi o de pesquisa bibliográfica. A análise dos resultados evidencia que a implementação desse programa no semiárido trará benefícios para a população como capacidade de geração e renda para os membros das comunidades rurais. É necessário que sejam desenvolvidos novos estudos com essa temática para que se tenha cada vez mais dados sobre a importância de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura e fixação do homem no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Empreendedorismo. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The implementation of the Wilderness Enterprising Program in the semiarid region, highlights the great progress that family farming has gained at the regional level and their contribution to the establishment of the backcountry in the field. The work in question provides an analysis of the contributions that the wilderness enterprising program will bring to the semi-arid region and its population. As for the methodology used was to literature. The analysis shows that the implementation of this program in the semiarid region will benefit the population as generation capacity and income for members of rural communities. They need to be developed further studies on this topic in order to have more and more data about the importance of public policies for the development of agriculture and keep workers in the field.

Keywords: Family agriculture. Entrepreneurship. Rural development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1. Objetivo geral.....	07
1.2 Objetivos específicos.....	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	08
2.1 EMPREENDEDORISMO.....	08
2.1.1 Empreendedorismo no meio rural	10
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
2.3 O SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	13
2.4 O PROGRAMA SERTÃO EMPREENDEDOR.....	13
2.4.1 Benefícios do programa para o agricultor.....	14
3 METODOLOGIA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem se tornando a principal responsável pela permanência do homem no campo, visto que esta mesma se entrelaça num contexto histórico de luta e resistência do agricultor em permanecer no meio rural, provendo o seu sustento e de sua família de forma sustentável. Diante dessa realidade surge a necessidade de acesso a políticas públicas que priorizem essa categoria de trabalhadores que tanto contribuem para a sociedade que se beneficiam com o acesso aos alimentos oriundos do campo. Essas políticas públicas devem procurar auxiliar os agricultores por meio de consultoria e assistência técnica que promova a capacitação dos mesmos para atender as exigências do mercado, pois o mercado torna-se cada vez mais exigente (MDA, 2012).

O fortalecimento da agricultura familiar tem grande importância na redução do êxodo rural, pois apresenta grande potencial de criar condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção. Para o mesmo, o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para as futuras gerações. Sendo assim, percebe-se a necessidade de desenvolver uma visão mais empreendedora por parte dos habitantes rurais, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida (LOURENZANI, 2006).

O empreendedorismo rural surge como alternativa viável para a permanência do homem no campo capacitando para administrar os recursos naturais de forma racional e sustentável para que os mesmos consigam viver de forma digna e em harmonia com o meio ambiente. O agricultor deve ver no cenário rural uma empresa na qual pode retirar seu sustento como também beneficiar outras famílias que necessitam de recursos para a sobrevivência. O homem descobre seu lado empreendedor algumas vezes em meio às adversidades surgindo a partir das mesmas características que se forem trabalhadas trazem consequências positivas para a atividade (MATTEI, 2006).

O projeto Sertão Empreendedor surge como norteador de ações voltadas ao empreendedorismo rural de forma a estimular práticas sustentáveis para o desenvolvimento da economia local que por meio de políticas públicas mudam a realidade dos agricultores sertanejos que além de sofrerem com as condições climáticas ainda sofrem com a carência de recursos financeiros para desenvolverem suas atividades.

A pesquisa em questão apresenta como temática o empreendedorismo rural desenvolvido no Semiárido por meio do programa Sertão Empreendedor com o desafio de se trabalhar uma agricultura familiar como alternativa para a convivência do agricultor com as características adversas do Semiárido.

Partindo dessa realidade foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender a importância da implementação do programa Sertão Empreendedor para a população semiárida, como também os possíveis impactos sociais que o mesmo trará para contribuir com a fixação do homem no campo.

À luz do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa **“qual a importância a implementação do programa Sertão Empreendedor para a população semiárida e quais os impactos sociais trazidas ao homem do campo”?**

1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem o objetivo de analisar a importância do programa sertão empreendedor para a geração de renda para o agricultor familiar e para a fixação do homem no campo.

1.2 Objetivos específicos

- Avaliar a importância das políticas das públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar;
- Identificar os benefícios do programa Sertão Empreendedor pra o agricultor;
- Analisar as contribuições socioeconômicas do mesmo para o semiárido;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em quatro seções e tem como objetivo apresentar os principais conceitos, encontrados na literatura, que auxiliam no entendimento do que será discutido ao longo do trabalho.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é um termo que foi componente de estudos durante vários séculos, propendo uma maior atenção no século XX, especialmente a partir dos anos oitenta. Desde o século XVII, bem como houve em concepção mais lucida sobre o termo, sendo que, até meados dos anos sessenta, onde campo do empreendedorismo foi atraído e dominado pelos economistas, que acreditavam que este continha impacto direto no desenvolvimento econômico de uma certa região (TOMEI; SOUZA, 2014). Entre os pesquisadores, vale destacar Schumpeter (1982), que entre várias contribuições, introduziu a palavra inovação à temática qualificada como uma inovação na utilização dos recursos disponíveis, diferindo-se da forma tradicional; e Shane e Venkataraman (2000), que destacaram o papel dos empreendedores como agentes do crescimento da eficiência e da alocação de recursos na economia.

Através de alianças mais competentes dos fatores de produção ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica. (COSTA, 1997)

O agente econômico, ou seja, o empreendedor é visto como o agente que traz novos produtos para o mercado Através de alianças mais competentes dos fatores de produção ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica. (COSTA, 1997). O termo inovação de invenção, destinge pontos no qual assegura que os empreendedores se atualizam quando insere formas inovadoras de produção, novos produtos e novas maneiras de organização e não apenas quando as criam. Para o pesquisador, “enquanto não forem levadas à prática, as invenções são economicamente irrelevantes”, e, para que isso venha a acontecer, dessa forma são necessárias as habilidades totalmente divergentes (SCHUMPETER, 1997).

O crescimento econômico está ligado a três fatores principais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Este empresário inovador tem capacidade de empreender um novo negócio, mesmo sem ser dono do capital. A competência

de empreender está ligada às características do indivíduo, aos seus valores e modo de pensar e agir (SCHUMPETER, 1982).

O desenvolvimento econômico estando cada vez mais dependente do empreendedor, podendo assim promover o rompimento da economia em fluxo circular para uma economia dinâmica, competitiva e geradora de novas oportunidades. A verdadeira concorrência na economia ocorre quando empresas inovadoras geram novos produtos que podem substituir retiram no mercado produtos antigos. A dinâmica capitalista promove um permanente estado de inovação, mudança, substituição de produtos e criação de novos hábitos de consumo. A destruição criativa é responsável pelo crescimento econômico de um país (MIYAZAKI; TEODORO; RAIZEL, 2008).

Em ocasiões de crise, a influência do tema empreendedorismo recebe mais instigação. Sendo este classificado como uma peça fundamental para contornar adversas situações de modo a subtrair os aspectos negativos e potencializar os pontos favoráveis e com ele preencher os obstáculos do período em que se encontra. Logo que a adversidade lhe é um espaço ainda mais propício de aparição. O panorama global contemporâneo aponta, portanto, não só para opções econômicas inovadoras, mas, principalmente, para táticas de promoção do crescimento, e que impulsionem, de uma forma intensa o empreendedorismo. Assim é o desenvolvimento territorial que executa um enfoque que parte do local, para o global, reforçando cada vez mais o planejamento produtivo pela própria comunidade, com o aproveitamento das vocações e potenciais locais (MEZA, 2010).

Um importante aspecto do processo empreendedor refere-se à identificação de uma oportunidade de negócio por um indivíduo. As oportunidades são tratadas como sendo as situações em que novos bens, serviços, matérias-primas e métodos podem ser introduzidos e vendidos a um preço superior aos seus custos. Os autores estabelecem um anexo entre indivíduos e oportunidades, destacando a importância de estudos relacionados às fontes das oportunidades; aos processos de descoberta, avaliação e exploração destas pelos indivíduos; bem como aos fatores que levam alguns indivíduos, e outros não, a descobrirem-nas (SHANE; VENKATARAMAN, 2000).

Ultimamente, pelo grau da popularidade do tema, é provável encontrar os empreendedores, em casa, em sua comunidade, na zona rural, dentro de uma organização, igrejas, ou no meio de uma assembléia sindical, isto é, em qualquer lugar onde existam pessoas e não menos importante na área pública (MEZA, 2010).

2.1.1 Empreendedorismo no meio rural

A estrutura rural tem sua composição bastante complexa devido à imensa variação do seu ambiente ambiental, físico e econômico. Devido aos diferentes gêneros de agricultores, cada um tem importâncias particulares, estratégias de produção e sobrevivência. Esses trabalhadores rurais vivem ao longo do tempo à exclusão das políticas públicas e buscam dentro do sistema capitalista conservar seu espaço competidor de forma desigual em relação aos empreendimentos do agronegócio (SILVA; JESUS, 2010).

A inclusão econômica da agricultura está diretamente fixada a dois grandes segmentos que, tradicionalmente, têm-se denominado antes e depois da porteira. Sendo que o primeiro segmento é montado pelo setor de suprimento dos insumos utilizados dentro da porteira e caracteriza-se por uma estrutura de mercado constituída por poucos fornecedores que definem as regras do mercado global de fornecimento de insumos à atividade agropecuária (VEIGA, 2003).

Já o segundo segmento, é o simbolizado pelos agentes econômicos que oferecem sustentáculo ao produto até a mesa do consumidor final, onde se destacam as empresas compradoras de *commodities* agrícolas as quais definem a estratégia e os preços a serem pagos aos produtores rurais. Entre as duas frações da cadeia do agronegócio encontra-se a agricultura. Os agentes econômicos que operam nela praticamente não interferem na constituição dos preços dos produtos agropecuários, em razão das composições de mercado dos segmentos antes e pós-porteira. Entretanto, a qualidade do alimento que vai para a mesa do consumidor é dependente essencialmente da produção na propriedade (VEIGA, 2003).

Embora a agricultura mundial seja responsável por proporcionar a geração de emprego e renda de 65% da população mundial e ser responsável por 75% do seu comércio doméstico, a maioria dos seus recursos e políticas públicas está encaminhado ao desenvolvimento urbano (UNIDO, 2011).

Esta falta de balanceamento se acentua em economias em crescimento, prejudicando não apenas as populações rurais, mais como todo o método econômico e social. Nos países subdesenvolvidos, de cada quatro pessoas pobres, três são encontradas em zonas rurais e necessitam direta ou indiretamente da agricultura (FAUTH, 2006). Essas pessoas, devido as suas características psicossociais, cultura e comportamentos pouco empreendedores, muitas vezes têm problemas de deixar de habituar-se com processos tradicionais de trabalho,

danificando a sua produtividade e o desenvolvimento econômico e social. (OZGEN; MINSKY, 2007).

No Brasil, o agronegócio como um todo, pondera além da agropecuária propriamente dita, as atividades a montante (“antes da porteira”) e a jusante (“depois da porteira”), e gera um a cada três empregos no Brasil, ou seja, 18 milhões de emprego ou 30% da população economicamente ativa (SAMPAIO FILHO, 2005; GUILHOTO, 2004). Neste contexto é incluso a influência da agricultura familiar, mostrando os dados encontrados em nações em crescimento, na medida em que emprega 77% das 17,3 milhões de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro e é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras em todo País. (DALMOLIN, 2009).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar pode ser conceituada como sendo aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações proporcionam o surgimento de categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas, que se relacionem com agricultura familiar (ABROMOVAY,1992).

Atualmente a agricultura familiar vem ganhando destaque visto que configura como “segmento que gera emprego e renda, estabelecendo desse modo um padrão de desenvolvimento sustentável” (GARCIA,1989), isso torna a agricultura familiar a alternativa que resulta na fixação de parte da população no campo. Diante dessa realidade a agricultura familiar surge com o intuito de “atacar grande parte dos problemas sociais urbanos oriundos do desemprego rural e da migração descontrolada do homem do campo para a cidade (ROSA,1995), esta alternativa de produção é reconhecida, no discurso governamental, como alternativa viável economicamente produtiva e correta. Todavia, não se traduz fielmente a realidade da agricultura brasileira, na qual a forma de produção familiar que teria a capacidade de realizar absorção de mão-de-obra, correlacionando ao mesmo tempo a

competitividade na economia. Parece contraditório atribuir ao produtor a meta de aumentar a produtividade esperando, simultaneamente, que ele amplie a oferta de emprego.

As políticas públicas que são relacionadas com a agricultura familiar foram desenvolvidas com o objetivo de fixar a população rural e aumentar o padrão de vida do agricultor visando à igualdade com os índices do trabalhador urbano. Os programas são alicerces para que a mesma possa orientar a família dos agricultores sobre as expectativas positivas da permanência do homem no campo (GUANZIROLI, 2007).

O desenvolvimento econômico está associado a agricultura familiar, visto que o novo modelo de desenvolvimento sustentado propagado pelo governo, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF atribui à agricultura um papel central na promoção do desenvolvimento econômico nacional e na melhoria das condições de vida da população, contribuindo para a redução das desigualdades espaciais e sociais, gerando renda de forma desconcentrada, criando ocupações produtivas no setor primário, dentro e depois da porteira, reduzindo o processo migratório do campo para cidade, gerando divisas, dessa forma contribuindo para uma maior competitividade da economia nacional (BACEN, 2009).

A situação demonstra que uma das dimensões mais importantes dos agricultores brasileiros esteve centrada no esforço para constituir um ‘território familiar’, um lugar de se viver e retirar seu sustento por meio do trabalho, garantindo um futuro promissor para os seus descendentes. Para Schneider (2009), no Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção de agricultura familiar (WANDERLEY, 1996).

Todo o empenho na produção na agricultura familiar é decorrência do trabalho da família. O dinheiro é apenas, um resultado e não uma finalidade na agricultura familiar, visto que o convertimento da mercadoria em dinheiro é com a finalidade de comprar novas mercadorias. Porém, com as transformações que ocorrem no meio rural, não será curioso se o agricultor familiar tiver outras pretensões, além de satisfazer as necessidades básicas (CONCEIÇÃO et al., 2009).

Pode-se afirmar que foi a partir da criação do PRONAF em 1996 que a agricultura familiar apresenta base mais sólida no cenário político-social brasileiro. O programa surge para fornecer apoio institucional e crédito agrícola as categorias de pequenos produtores rurais que vinham ao longo da década de 80 encontrando sérias dificuldades de se manter na atividade e sendo colocados de lado nas políticas públicas (PRONAF, 2006).

Todavia como em outros programas, é importante destacar que a agricultura familiar apresenta muitas dificuldades e problemas tanto de característica externo ou interno. Dentre

os quais se destaca o fato do volume de recursos para o segmento ainda não conseguir atender às reais necessidades do segmento, tendo em vista o processo de exclusão a que foi submetido durante a fase de modernização agrícola do País, o que levou à defasagem na distribuição de recursos. Para a agricultura familiar, alguns aspectos são importantes levar de se levar em consideração para o entendimento do contexto da agricultura familiar. A falta de oportunidade de desenvolver o potencial do agricultor, elevando assim seu estímulo como também a autoconfiança, que dependem principalmente de motivação para trabalhar. Outro aspecto que merece atenção, que os trabalhadores rurais, sejam agricultores ou pecuaristas, não é treinado para administrar suas propriedades com eficiência (ROSA,1995).

2.3 O SEMIÁRIDO NORDESTINO

O semiárido nordestino é composto por 1.135 municípios brasileiros distribuídos por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e norte de Minas Gerais). Correspondem a 11,5% do território nacional e mais da metade da área do Nordeste com uma população de 22,5 milhões de pessoas (sendo 14 milhões na zona urbana e 8,5 milhões na zona rural). Estando presente em cerca de 1,7 milhões de estabelecimentos rurais (IBGE,2012).

O semiárido Brasileiro é caracterizado por clima árido, solos com pouca matéria orgânica e baixo índice pluviométrico, sendo assim, as populações ali residentes necessitam de alternativas para sobreviverem, visto que, combater a seca é impossível, pois tal prática não está ao alcance humano, uma vez que, os fatores causadores dessa seca são fenômenos naturais. Porém, a Caatinga é muito rica, tem inúmeros recursos energéticos, uma fauna diversa, uma vegetação que, apesar da aparência, tem múltiplos usos. A disseminação de informações sobre a Caatinga é essencial para a conservação de seus recursos (ARAÚJO; ARRUDA, 2011)

2.4 O PROGRAMA SERTÃO EMPREENDEDOR

O programa Sertão empreendedor surge como um programa viável a fim de superar as dificuldades impostas pela escassez de chuvas e produzir em meio à seca são os maiores desafios para quem vive e retira seu sustento do semiárido brasileiro. O slogan do programa

faz homenagem ao grande escritor sertanejo Euclides da Cunha, que afirmou que o sertanejo e antes de tudo um forte, está cansado de esperar, necessitando de alternativas, de acesso a tecnologias que permitam conviver com o clima e trabalhar em atividades diversificadas (SENAR, 2015).

Isso é possível porque o semiárido brasileiro é o que registra o maior volume de chuva – segundo a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), em relação a outras regiões semelhantes do planeta que, apesar da baixa quantidade de água.

O programa tem como objetivo estimular o espírito empreendedor e elevar a qualidade de vida da população do semiárido brasileiro, o Sistema CNA/SENAR criou o “Programa Sertão Empreendedor: Um Novo Tempo para o Semiárido” (SENAR, 2015).

2.4.1 Benefícios do programa para o agricultor

O programa reúne um conjunto de ações sistêmicas e continuadas para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável a partir da difusão e aplicação de tecnologias de convivência com as adversidades do semiárido, para melhorar a gestão de forma a aumentar a produtividade e a renda dos empreendimentos rurais, com respeito ao meio ambiente e o uso racional da terra e de seus recursos (SENAR, 2015).

O programa Sertão Empreendedor visa incentivar as seguintes tecnologias:

- Captação e conservação hídrica (barragem subterrânea, poço amazonas com anéis de cimento, cisterna calçadão e barreiros de salvação);
- Produção de forrageiras (palma forrageira em sistema adensado, gramíneas, leguminosas, fontes proteicas e energéticas);
- Conservação de forragens (fenação, ensilagem e amoniação);
- Controle da cochonilha do carmim;

Além disso, o programa pretende difundir atividades com potencial econômico na região, como a ovino caprinocultura, a apicultura, a fruticultura, a fabricação de produtos e alimentos a partir da palma forrageira, o turismo rural e a energia solar, entre outras (SENAR, 2015).

O programa Sertão Empreendedor vai atender produtores e trabalhadores rurais do semiárido e suas famílias. O projeto piloto será desenvolvido em seis municípios da Paraíba e, gradativamente, deverá ser estendido para os nove estados que fazem parte do semiárido brasileiro (SENAR, 2015).

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico escolhido para esta pesquisa tem por base os conhecimentos de epistemologias estruturantes sobre o empreendedorismo rural associado ao Programa Sertão empreendedor de forma a estabelecer as possíveis contribuições desse programa para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido, tendo como abordagem de nível uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo sob perspectiva do uso dessa teoria para facilitar o entendimento da prática empreendedora. Para Ghedin & Franco (2008) “o processo de investigação implica numa interpretação do objeto, que não fala por si só, mas pela comunicação estabelecida entre o sujeito, o objeto e os conceitos que possibilitam sua comunicação com a realidade cognoscível”.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o processo proposto alia a explicação e a compreensão em torno dessa temática para se buscar interpretar a importância da mesma para o desenvolvimento local. Parte-se de um levantamento sobre o conhecimento produzido e publicado em artigos e periódicos científicos na área de administração e gestão no campo. Dessa forma, o movimento metodológico utilizado para a reflexão e construção, deste estudo, parte da análise de conteúdos e políticas públicas voltadas ao empreendedorismo no campo, pois, segundo Amaral (2007, p. 1), este método de pesquisa “[...] Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento das informações relacionadas à pesquisa”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na observação sobre a importância do empreendedorismo rural, como alternativa viável para a permanência do agricultor no campo, o programa Sertão Empreendedor se mostra como sendo uma alternativa promissora no estado da Paraíba, visto que o mesmo apresenta ferramentas bem formuladas das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que vem ganhando destaque nos últimos anos no mercado empreendedor, este fato deve-se devido ao aumento do processo migratório do homem, do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida para a sua família.

O programa Sertão Empreendedor surgiu a partir dessa necessidade, por intermédio de empresas públicas, que procuram associar capacitação técnica aos agricultores, para que os mesmos desenvolvam atividades no campo que lhes permitam contribuir com geração de renda para o membros familiares, utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Schmitz e Mota (2006) também afirmam ser a agricultura familiar, uma categoria social que tem ações política no debate acadêmico para aprimoramento das políticas públicas e na construção de novas, que durante muito tempo não foi considerada importante para o crescimento rural. Constantemente usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que tinha o seu futuro marcado pela exclusão, devido a competição desigual entre as grandes empresas agropecuárias que detém grande capital, oriundos do processo de modernização capitalista.

Outro ponto relevante de ser colocado em discussão é a semelhança do programa Sertão Empreendedor com o programa PRONAF, que também tem como objetivo beneficiar os agricultores familiares, através de assistência técnica realizada pela EMATER, porém, vale salientar que nem todos os agricultores familiares conseguem acesso a essa assistência devido a falta de profissionais técnicos capazes de suprir a demanda por esses serviços, dessa forma outra empresa pública despertou o interesse por essa temática, sendo incumbido ao SENAR a desenvoltura deste programa. Dessa forma o mesmo procura reduzir a burocracia existentes na participação de outros programas, procurando chegar aqueles que foram esquecidos políticas públicas voltadas para os movimentos rurais, trazendo junto a eles iniciativas de sustentação da vida no campo com condições dignas de sobrevivência para o homem do semiárido (RIBEIRO; BRANT; PINHEIRO, 2014).

Segundo Wanderley (2009), antes da formulação desse programa, o agricultor familiar, que vive no semiárido suportando condições adversas tanto climáticas quanto sociais nunca foram protagonistas de um programa que visasse a geração da sua própria renda. Não existiam políticas

públicas direcionadas ao pequeno produtor rural, a não ser o próprio PRONAF, então iniciou-se o Sertão Empreendedor buscando garantir a renda para o produtor e sua família, promovendo além de assistência técnica, investimentos na propriedade e garantindo resultados positivos no agronegócio devido ao acompanhamento constante.

Dentro deste cenário, faz-se necessário a implementação de programas voltados para a agricultura familiar, procurando desenvolver e promover um melhor aproveitamento das dimensões do espaço rural, por meio da distribuição de renda, geração de emprego, moradia, cultura, lazer e educação, voltadas principalmente a sustentabilidade do meio ambiente e da paisagem (FERNANDES, 2005).

Um aspecto relevante deste estudo é conscientizar sobre a importância do desenvolvimento da agricultura familiar para a fixação do homem no campo, o que pode ser comprovado em estudo desenvolvido por Rocha et al. (2001), quando o mesmo resolveu analisar as condições necessárias para a sobrevivência dos agricultores que não tinham a intenção de deixar o campo devido à serenidade da própria natureza, do trabalho e ao fato de que nesta realidade terem menos gastos que na cidade, da convivência com a natureza e de se viver melhor e com qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, a importância do Empreendedorismo Rural para a fixação do homem no semiárido, com a utilização das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. O programa sertão empreendedor surge como alternativa viável a ser implementada na região semiárida como forma de gerar emprego e renda para o agricultor. Poucos são os estudos referentes a essa temática que vem ganhando destaque na atualidade devido ao fenômeno climático da seca.

Foi observado diversas peculiaridades existentes no universo agropecuário do semiárido, sendo importante salientar a comunidade que existe uma carência com relação ao acompanhamento técnico para os agricultores, com encontros para debaterem assuntos relacionados as atividades desenvolvidas nas propriedades.

Existe uma necessidade de serem realizados novos estudos sobre essa temática, visto que beneficiaria e muito esta região tão carente de recursos públicos que visem beneficiar aos produtores.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp, 1992.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: UFC, 2007.

ARAÚJO, J. M; ARRUDA, D. B. Práticas do semiárido nordestino: direito ao desenvolvimento econômico-sustentável. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 235-260, 2011.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito Rural**. 2009.

CONCEIÇÃO, S. G; FRAXE, T. J. P; SCHOR, T. **Agricultura Familiar e Capitalismo: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), n. 19,2009.

COSTA, R. V. Introdução à edição em português. Teoria do Desenvolvimento Econômico: **Editora Nova Cultural**, 1997.

DALMOLIN, R. S. D. **Agricultura familiar: sustentabilidade e consciência ambiental**. Feira de Agro Pecuária de Tocantins, AGROTINS, 2009.

FAUTH, E. M. Agricultura Familiar: Força Revigorada, Indicadores Econômicos FEE. **Porto Alegre**, v. 34, n. 3, p. 25-34, 2006.

FERNANDES, B. M. **Cercas do latifúndio: Agronegócio é o novo nome fantasia da agricultura capitalista, que tenta modernizar sua imagem, mas reforça a exploração e concentração de terra**, 2005. Disponível em www.planetaportoalegre.net. Acesso em 10/04/2015.

GARCIA, J. A. **Sul, o caminho do roçado**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB, MCT-CNPq, 1989.

GHEDIN, E; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER, Rio de Janeiro**, v. 45, n. 02, p. 301-328, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI C. **PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar**. [S.l.]: NEAD/MDA, p. 32, 2004.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação – segunda apuração. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2012.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

MATTEI, L. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. Série Estudos 12 NEAD. **MDA**, Brasília, 2006.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Evolução do Pronaf**, 2012.

MEZZA, M. L. F. G. Empreendedorismo Público: Discutindo seus níveis de análise. Toward a theory of public entrepreneurship. **European Management Review**. P. 1-15, 2010.

MIYAZAKI, J; TEODORO, P.A.V.B. RAIZEL, T. **Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná**. Resultados Preliminares do Projeto: Gestão das Unidades Artesanais, 2008.

OZGEN, E; MINSKY, B. D. Opportunity recognition in rural entrepreneurship in developing countries. **International Journal of Entrepreneurship: Annual 11**, 2007.

PRONAF. Governo Federal. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 1996.

RIBEIRO, L. P; BRANT, F. L. C; PINHEIRO, T. M. M. **Desenvolvimento econômico rural, apoio à agricultura familiar e políticas públicas para a manutenção da vida e do trabalho no campo: um relato de experiência no município de santo antônio do monte/mg**. V. 6, n. 2, 2014.

ROCHA, P. M; SANTOS, T. A; GOMES, M. A. Êxodo versus satisfação e permanência na agricultura familiar do sul de Minas. **Congresso Brasileiro de Administração Rural**, v. 4. Goiânia, 2001.

ROSA, S. L. C. **Os Desafios do Pronaf. Reforma Agrária**. São Paulo. **ABRA**, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, 1995.

SAMPAIO, J. A. F. **Campo, o grande empregador do Brasil**. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn>>. Edição 57, 2005. Acesso em: 15/04/2015.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou de Ação Política**. Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SENAR. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Sertão empreendedor: Um novo tempo para o Semiárido**. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/programa/sertao-empendedor>>. Acesso em: 18/04/2015.

SHANE, S; VENKTAMARAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **The Academy of Management Review**. V. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SILVA, J. R; JESUS, P. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI). Maceió. **Anais...** Maceió: **Centro de Convenções de Maceió**. P.1-2, 2010.

TOMEI, P. A; SOUZA, D. A. A. L. A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**. V. 13, n. 3, 2014.

UNIDO. (United Nations Industrial Development Organization). **Agribusiness for Africa's Prosperity**. Editors, 2011.

VEIGA, J. E. **Empreendedorismo rural - uma primeira aproximação**. USP/FEA - Depto.Economia. Disponível em: www.econ.fea.usp.br. Acesso em: 16 de abr. de 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B.. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA. P.33-47, 2009.

_____. **O Mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS. V. 32, 1996.